



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 38/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10160/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Ipixuna.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sra. Ana Maria Farias de Oliveira.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 022/2014 (fls. 4524/4586).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 580/2014-DMP-MPC-FCVM da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 4587/4592).
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a reprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **REPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de Ipixuna referente ao exercício de 2012, de responsabilidade da Sra. **Ana Maria Farias de Oliveira**, como Chefe do Executivo Municipal, tudo nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88 c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, I, da LC n. 06/91 e art. 1º, I e art. 29 da lei n. 2423/96;

10- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de agosto de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 38/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 38/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2014)

1- Processo TCE nº 10160/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Ipixuna.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Ana Maria Farias de Oliveira.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 022/2014 (fls. 4524/4586).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 580/2014-DMP-MPC-FCVM da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 4587/4592).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício de 2012.

Contas irregulares. Glosa. Alcance. Prazo para recolhimento. Comunicação ao Poder Executivo Municipal. Multa. Autorizada inscrição na dívida ativa e cobrança executiva. Remessa de Cópias ao MPE/AM.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

9.1 - à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1.1 - Julgar IRREGULARES as Contas da Prefeitura Municipal de Ipixuna, exercício de 2012, nos respectivos períodos de responsabilidade da Senhora **Ana Maria Farias de Oliveira**, na condição de Ordenadora das Despesas, nos termos das alíneas “b”, “c” e “d” do inc. III do art.22 da LO/TCE;

9.1.2 - GLOSAR a quantia de **R\$1.176.157, 30 (hum milhão, cento e setenta e seis mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta centavos)** a Senhora **Ana Maria Farias de Oliveira**, Prefeita Municipal de Ipixuna e Ordenadora das Despesas, à época e as empresas: **Melo de Construções, Comércio e Serviço Ltda; Avemir Souza da Silva e José de R. P. do Vale**, referentes aos itens 6.1 ao 6.10 das restrições do Relatório da DICOP (fls. 4533/4577), devendo ainda os responsáveis serem considerados em **ALCANCE**;

9.1.3 - FIXAR o prazo de **30 (trinta) dias** para que a Senhora **Ana Maria Farias de Oliveira**, Prefeita Municipal de Ipixuna e Ordenadora das Despesas, à época e as empresas: **Melo de Construções, Comércio e Serviço Ltda; Avemir Souza da Silva e José de R. P. do Vale**, recolham, **de forma solidária**, o valor mencionado no subitem 7.3 deste voto aos cofres da Fazenda Pública Municipal, com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

9.1.4 - COMUNICAR ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento dos valores das condenações, ex vi o art.173 da Res. nº04/2002 – RITCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 38/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2014)

e expirado o prazo estabelecido, os valores dos débitos deverão ser inscritos na Dívida Ativa Municipal, seguido das imediatas cobranças judiciais, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.1.5 - REMETER cópia da documentação pertinente as decisões desta Corte e as auditorias realizadas ao Ministério Público do Estado, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em atenção ao artigo, 22, inciso III, §3º, da Lei nº2423/96 c/c o artigo 190, inciso III, alínea “b”, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

9.2 - POR MAIORIA, nos termos do voto do relator, no sentido de:

9.2.1 - APLICAR MULTA a responsável, Senhora Ana Maria Farias de Oliveira, Prefeita e Ordenadora das Despesas, do município de Ipixuna à época, nos termos dos incisos V e VI, ambos do art. 308 do RITCE, da Resolução nº 04/02, no valor total de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, em função das impropriedades não sanadas, itens 02, 04, 05, 06, 09 e 11, dos questionamentos da Comissão de Inspeção, quais sejam;

9.2.1.1- A movimentação contábil da Prefeitura Municipal de IPIXUNA, referente ao período de janeiro a novembro de 2012 foi encaminhada por meio magnético (Sistema/ACP) a esta Corte de Contas FORA do prazo estabelecido no art.4º da Resolução TCE nº 07/02 c/c o parágrafo 1.º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000; - fls. 3830.

9.2.1.2- Justificar a inexistência do controle interno, conforme determina os artigos 31 e 74 da CF/88, art. 45, da Constituição Estadual, c/c o art. 43, da Lei nº. 2.423/96 acarretando riscos operacionais e descontrole das contas públicas; - fls. 3831.

9.2.1.3- Atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária. (art. 1º e 2º da Resolução 06/2000-TCE c/c os artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000); fls. 3831.

9.2.1.4- Ausência da forma de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária de 2010, contrariando art. 54 e 55 da LRF/2000 e Lei n. 10.028/2000 art. 5, Inciso I; - fls. 3831.

9.2.1.5- Ausência do Comprovante de que as Contas Anuais foram apresentadas ao Poder Executivo da União e do Estado, até a data de 30 de abril, conforme determina o disposto no art. 51, parágrafo 1.º, inciso I, da Lei n.º 101/2000; - fls. 3832.

9.2.1.6- Ausência de adoção de providências visando à cobrança (administrativa e/ou judicial) dos débitos inscritos na dívida ativa, no valor de R\$ 796.336,00, (Setecentos e noventa e seis, trezentos e trinta e seis reais), registrado no Balanço Patrimonial, causando infração ao arts. 2º, 3º e 6º da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal); - fls. 3833.

9.2.2 - FIXAR o prazo de **30 (trinta) dias a Senhora Ana Maria Farias de Oliveira, Prefeito Municipal de Ipixuna e Ordenadora das Despesas**, para o recolhimento aos cofres públicos estaduais dos valores referentes à MULTA aplicada a mesma, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, II e III da Lei Estadual nº 2423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2.3 - AUTORIZAR desde já a instauração da cobrança executiva e posterior inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, como versa o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou contra aplicação de multa à responsável pelo atraso do ACP.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 38/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2014)

10- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de agosto de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral